

Fortunas subterrâneas: Negociantes da capital da província de Minas Gerais e as companhias inglesas de mineração

Leandro Braga de Andrade¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Mineração inglesa; Negociantes; Ouro Preto;

Resumo:

Em meados da década de 1820, o governo imperial autorizou o estabelecimento dos primeiros empreendimentos ingleses para explorar lavras minerais no território brasileiro. A formação de companhias para a extração subterrânea do ouro de Minas Gerais logo se transformou em um novo surto minerador, representando também novas oportunidades de negócios para proprietários e comerciantes da região central da província e de arrecadação para o governo. O objetivo do estudo é mostrar como os agentes econômicos, especialmente negociantes da capital da província, alcançaram vantagens neste contexto, através de estratégias de investimentos, sobretudo no comércio de escravos.

Área: 1 – História Econômica e Demográfica

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

Fortunas subterrâneas: Negociantes da capital da província de Minas Gerais e as companhias inglesas de mineração ²

Introdução

No início do século XIX os veios auríferos da região central de Minas Gerais não rendiam mais lucros que compensassem os esforços de exploração. As rudimentares técnicas utilizadas nas lavras pertencentes às famílias da elite local e os investimentos possíveis não eram capazes de aproveitar, de maneira sistemática, os depósitos auríferos subterrâneos. O Barão de Eschewege, engenheiro alemão, realizou estudos na região e concluiu que somente a organização de companhias de mineração bem administradas e capitalizadas reuniria condições de exploração lucrativas. O próprio Eschewege foi consultor na elaboração de uma carta régia, em 1817, que estabelecia as condições para formar sociedades de mineração e criou, ele mesmo, a “Sociedade Mineralógica da Passagem de Mariana”, em 1819, a primeira sociedade mineradora do Brasil.³

Mesmo sem uniformidade legal, a partir de meados da década de 1820, fora regulamentada a entrada de capital estrangeiro para minerar, uma vez que poucas foram as iniciativas nacionais de formação de sociedades. Aproveitando a febre especulativa da bolsa de Londres, foram formadas companhias inglesas, capitalizadas com a venda de ações. Entre 1824 e 1834, seis firmas inglesas iniciaram suas atividades, alterando profundamente as técnicas até então utilizadas e dinamizando o mercado local.

Um conjunto de fatores explica a entrada dos ingleses na exploração aurífera brasileira: A recusa dos proprietários locais em fazer investimentos prolongados em melhorias técnicas, o apego à rotina de administração das lavras, que dava preferência à quantidade de escravos do que à aquisição de maquinário, ou mesmo o fator que parece ter sido o mais preponderante: as relações diplomáticas do governo brasileiro com a Grã Bretanha e as articulações políticas internas dos investidores ingleses, que franqueou aos britânicos diversos setores da economia brasileira, ao longo do século XIX. Ferrovias, serviços públicos, mas principalmente a exploração mineral, são exemplos dos investimentos ingleses que, por muitas vezes, contaram com a contribuição de órgãos governamentais, políticos, proprietários e negociantes nacionais.

Em estudo aprofundado do tema, Douglas Libby atribui à capacidade de reunir capital com principal fundamento para os investimentos:

(...) um empreendimento de mineração subterrânea no século XIX exigia a reunião de somas mais ou menos vultuosas de capital e a concentração de grandes contingentes de mão-de-obra para alcançar uma escala de operações que oferecesse a possibilidade de sucesso financeiro. Ainda o empreendimento teria de ser dotado de uma administração capaz de supervisionar racionalmente uma complexa série de processos concatenados.⁴

² Este estudo corresponde a uma fração da tese de doutoramento, em desenvolvimento, que trata da atuação dos comerciantes da praça de Ouro Preto (Minas Gerais) entre 1822-1864.

³ IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque. (org) *História geral da civilização brasileira: O Brasil Monárquico. Dispersão e unidade*. Tomo 2. Volume 2. São Paulo. Bertrand Brasil. 1997. (1ª edição, 1976).

⁴ LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988. p.265

Poucos empreendimentos alcançaram grande sucesso financeiro, a ponto de pagar seus dividendos, devido às imprevisibilidades da exploração, falta de capitais ou por condutas irregulares de seus administradores. No entanto, apenas a montagem das operações já surtiu efeitos significativos na economia local, a começar pelo comércio de terras, lavras minerais e escravos. Algumas famílias aproveitaram o momento favorável e tentaram extrair vantagens vendendo ou arrendando propriedades e escravos.

Aos comerciantes, lavradores e donos de pequenas fundições de ferro das vilas vizinhas também houve oportunidade de comercializar gêneros alimentícios, fazendas secas, madeira e ferro. É o que informava o anúncio publicado no jornal “O Universal” de Ouro Preto, onde a Companhia do Gongo Soco (*Imperial Brazilian Mining Association*) listava a mercadorias aceitas para a compra:

Quaesquer dos generos abaixo mencionados e em qualquer porção que seja, encontrarão sempre pronto mercado, a saber farinha, arroz, assucar, feijão, restillo, azeite, vellas de cebo, café, sal, galinhas, ovos, caça, porcós, cabritos, carneiros, hortaliças de toda qualidade para plantar, batatas, cenouras &c. Ferro em barras, ferraduras tanto para cavallos como para burros, cravos, e algum taboado, assim como quaesquer fazendas próprias para vestuário dos negros, e panelas, tachos de burro, e potes & c.⁵

O abastecimento dos enormes estabelecimentos mineratórios que nasciam não era simples, sobretudo nas épocas de baixa produtividade agrícola. As empresas procuravam gêneros em toda a região central de Minas Gerais, sobretudo nas comarcas de Sabará, Ouro Preto e Rio das Velhas. As maiores mineradoras, como a *Saint John Del Rey Mining Company*, tinham fornecedores nas até nas áreas meridionais da província.

Apesar deste provável impacto no mercado regional, pouco se sabe sobre a possibilidade de acumulação por agentes econômicos locais, uma vez que o fenômeno da instalação das companhias inglesas, normalmente é inserido no contexto da exploração dos recursos naturais da América Latina pelo capitalismo inglês.

É importante lembrar, no entanto, que a supremacia inglesa, representada nos empréstimos financeiros, na superioridade tecnológica e industrial, na força do transporte naval encontrava correspondência nos interesses das elites políticas econômicas das jovens nações latino-americanas. Leslie Bethel chama atenção para o fato de

(...) as elites políticas e econômicas latino-americanas (‘elites colaboracionistas’, se assim quiserem) no seu todo acolhiam com prazer a ‘penetração’ econômica britânica e buscavam de maneira bastante entusiasmada seguir o ‘modelo’ de modernização capitalista através de empréstimos externos, investimentos estrangeiros diretos, crescimento lastreado em exportações, livre comércio e integração nos mercados mundiais.⁶

A trajetória dos negócios de dois comerciantes de Ouro Preto parece indicar uma fresta de luz na obscura relação do capital estrangeiro com a economia local. A experiência com a mineração, com as transações mercantis na praça do Rio de Janeiro e na capital da província, além do bom trânsito com as famílias proprietárias e dirigentes políticos, fez com que os brasileiros, José Peixoto de Souza e Francisco de Paula Santos se destacassem. O mercado de propriedades de mineração, por exemplo, dinamizado pela entrada do capital

⁵ Anúncio “Gongo Soco”. “O Universal”. Ouro Preto. 06/08/1830. Citado por LIBBY, Douglas. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988.

⁶ Bethel, Leslie. O Imperialismo inglês e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*. N. 24. 1995. p. 273

inglês, em algumas situações, fora intermediado por um desses dois comerciantes. Além disso, investiam, no comércio do próprio ouro, além da venda e aluguel de escravos.

Os principais empreendimentos de mineração se instalaram nos municípios vizinhos a Ouro Preto, como Caeté, Sabará, Santa Bárbara e Mariana, ou no próprio termo da capital. A cidade era a porta de entrada para os forasteiros que vinham fazer estudos ou explorar as lavras minerais. Portanto, mesmo não sediando a maioria das lavras cobiçadas, Ouro Preto foi a referência nas negociações e também como centro comercial, político e de serviços.

A capital da província e os antigos núcleos urbanos da mineração, localizados na região central de Minas Gerais, haviam passado por desagregação econômica e demográfica por conta da crise da extração aurífera. Porém, as produções agropecuárias para abastecimento da Corte e dos mercados vicinais dinamizaram as áreas rurais e fortaleceram alguns núcleos urbanos como interpostos comerciais. A mais próspera cidade da província era São João Del Rei que centralizava os negócios das regiões Centro-Sul e Oeste da província. Já a capital Ouro Preto, cercada por campos rupestres se destacava mais como entreposto de distribuição de manufaturados trazidos da Corte.

No entanto, após a independência, novos e melhores ventos soprariam sobre a velha Vila Rica. A instalação do aparato administrativo provincial e o novo surto minerador provocado pela instalação das companhias inglesas, associadas ou não com brasileiros, agitaram o comércio, a circulação do crédito e as transações de compra e venda de imóveis urbanos e rurais. Principalmente nas décadas de 1830 e 1840, os negócios de todos estes setores se aqueceram, conforme demonstram os registros cartoriais da cidade para o período.⁷

Também através das escrituras cartoriais da capital da província é possível acompanhar uma fração dos muitos negócios realizados em torno da instalação das companhias inglesas, com destaque para o registro de venda de lavras, terras e escravos, procurações, além de escrituras de dívida, hipotecas e contratos. A maior parte das transações registradas em Ouro Preto teve a participação dos já referidos José Peixoto de Souza e Francisco de Paula Santos, donos de lojas de fazendas secas e armazém de molhados sediados na Rua São José. Aproveitando o filão gerador de lucros provocado pelo novo surto minerador, amealharam vultuosas fortunas, diversificando os ramos de atuação.

A instalação das companhias inglesas e o ouro em Minas Gerais

A presença inglesa no Brasil no início do século XIX se deu, sobretudo, pelo estabelecimento de casas de comércio em alguns pontos litorâneos. Segundo Riva Gorenstein, a Abertura dos Portos de 1808, que permitiu o comércio direto com nações amigas, somente legalizou uma realidade que vinha desde 1800, quando diversos comerciantes ingleses foram licenciados e colocaram produtos manufaturados no mercado da colônia.⁸

A Grã-Bretanha, mergulhada na guerra contra a França e com dificuldades econômicas, procurava expandir mercados. Dessa forma, o fim do exclusivo metropolitano, em 1808, trouxe uma enxurrada de firmas e manufaturados para as praças do Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Da Corte, os produtos eram repassados para as províncias do Sul, para a região do Prata e para as cidades do interior.

Em 1809, o viajante John Mawe visitou Vila Rica (depois chamada de Ouro Preto) e testemunhou a larga oferta de produtos ingleses na cidade mineira:

⁷ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas (1º, 2º e 3º tabeliães). Análise quantificada apresentada no texto de qualificação para tese de doutoramento. ANDRADE, Leandro Braga. *Comércio regional e economia urbana: negociantes de Ouro Preto c.1820- c.1864*. Texto de qualificação. PPGHIS. UFRJ. 2011.

⁸ GORENSTEIN, Riva e MARTINS, Lenira. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca. 1992. p.137.

Os tecidos de lã inglesa não eram caros; o melhor pano custava 30s. a 35s a jarda; casacos etc. eram quase tão baratos quanto na Inglaterra. Os tecidos de algodão comum, estampados, de 1s. 6d. a 2s. a jarda; chapéus, lenços, casimiras e peças de Manchester, muito comuns. Esse lugar parece ser depósito de mercadorias e artigos ingleses de todas as espécies, com exceção da louça, dos fiambres e da manteiga, muito caros por causa dos perigos do transporte. O vinho comum das figueiras custava 3 s. 6d. a garrafa.⁹

O *Tratado de Comércio e Navegação* de 1810 concedeu novos privilégios ao comércio inglês, estabelecendo tarifa alfandegária em 15%, ou seja, 9% mais baixa que a cobrada à outras nações, no caso das importações brasileiras. A medida tornou ainda mais difícil a concorrência dos negociantes luso-brasileiros com seus pares ingleses.¹⁰ Com o passar dos anos, D. João VI tomou medidas para proteger o comércio nacional, como a exclusividade na distribuição das mercadorias importadas no abastecimento da Corte, na cabotagem e para as províncias do interior.¹¹

Neste período houve forte intensificação das relações comerciais entre firmas nacionais e inglesas, o que atravessaria todo o século XIX. Ainda segundo Gorenstein, este contato propiciou o envio de jovens para estudar ou fazer estágios em firmas comerciais de Londres. A consequência disso, entre outras, seria a formação de sociedades de capitais mistos para a exploração de recursos naturais no Brasil.¹²

Como principal parceira comercial de Portugal e tendo reconhecido a independência do Brasil, em 1824, foi assinado o primeiro empréstimo da Inglaterra ao novo país. Sociedades comerciais compravam títulos das dívidas das recentes nações latino-americanas, além de investirem em empreendimentos mineradores.¹³ A onda de prosperidade e otimismo pela qual passava a Inglaterra, com o desenvolvimento industrial, a paz das guerras napoleônicas e a adoção do Padrão Ouro, fez com que as jazidas auríferas brasileiras se tornassem alvo de ambição e especulação.¹⁴

Em decreto de 16 de setembro de 1824, D. Pedro autorizou o primeiro empreendimento inglês para desenvolver atividade produtiva no Brasil. Tratava-se da *Imperial Brazilian Mining Association*, criada pelo negociante Edward Oxenford, após reunir uma série de acionistas para o imenso empreendimento. Oxenford viveu em Vila Rica por alguns anos logo após a Abertura dos Portos, onde negociou pedras preciosas e fez amigos entre a elite política. Personagem controverso da mineração inglesa em Minas Gerais, sua história foi marcada por fraudes, calotes, suspeitas de sonegação e contrabando, o que lhe rendeu processos judiciais. Mas não sem antes enriquecer muito.¹⁵

Através de seus contatos no governo, sobretudo com a família Nogueira da Gama, do futuro Visconde de Baependi, conseguiu a concessão para explorar a Mina de Gongo Soco, na cidade de Caeté, comprada por 73.000 libras a um dos maiores mineradores da província e político de prestígio, João Batista Ferreira de Souza Coutinho, o Barão de Catas Altas.¹⁶ Começava assim a história da exploração inglesa do ouro de Minas Gerais que reuniu casos

⁹ MAWE, Jonh. *Viagens ao interior do Brasil. Belo Horizonte*. Itatiaia. 1978. p. 65.

¹⁰ DAWSON, Frank Griffth. *A primeira crise da dívida latino-americana*. São Paulo. Editora 34. 1998. p.113

¹¹ GORENSTEIN, Op. cit.

¹² GORENSTEIN, Op. cit. p. 142

¹³ DAWSON, Op. cit. p. 114

¹⁴ SILVA, Fábio Carlos. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: A companhia inglesa de Macaúbas e Cocais. 1828-1912*. Tese de doutoramento. FFLCH/USP. São Paulo. 2004. p. 7

¹⁵ SILVA, Op. cit. p. 10.

¹⁶ Agraciado com o título em 1829, era vereador em Caeté, Capitão Mor das tropas de Ordenanças, Guarda Mor Geral das Minas na Província de Minas Gerais cargo para o qual havia sido nomeado, em 1818, por seu concunhado e tio de sua esposa, Pedro Dias Paes Leme, Barão e mais tarde Marquês de São João Marcos, Guarda-Mór de todas as terras e águas minerais do Brasil. SILVA, Op. cit. p. 22- 28.

de enriquecimento, ambição, aventuras e insucessos, na qual a elite local, entre negociantes e proprietários, foi vítima, cúmplice, participante e oportunista ao mesmo tempo.

No período de instalação das principais empresas mineradoras, o ouro voltou a ser um dos principais produtos da pauta de exportações da província, chegando a predominar na década de 1840. Em volume financeiro, a produção do ouro não deixou de ser relevante durante o século XIX, embora nas décadas finais os valores tenham decaído. A tabela 2 informa a comparação proporcional dos principais produtos enviados para fora de Minas Gerais.

Tabela 2
Evolução da composição das exportações mineiras,
1818-1884 (libras, porcentagem)

Exportação	1818-1828	1839-1849	1850-1860	1860-1870	1870-1884
Café	5,0	19,2	27,9	47,6	69,4
Gado Bovino	22,6	17,9	15,2	10,2	9,4
Ouro	11,3	24,0	16,1	9,8	4,4
Toucinho	10,8	12,5	10,2	6,5	4,3
Fumo e derivados	5,7	7,2	7,6	6,7	5,2
Diamantes	6,5	5,4	12,8	9,8	2,4
Gado suíno	3,5	4,1	3,7	2,3	1,3
Derivados do algodão	9,3	4,4	2,4	2,0	0,4
Queijos	2,6	2,2	1,7	1,3	1,6
Algodão bruto	14,0	0,0	0,0	1,8	0,2

Fonte: RESTITUTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas do Comércio interprovincial. 1839-1884.* Dissertação de mestrado. Araraquara. UNESP. 2006.p. 82

A relevância do ouro, dos diamantes, café e algodão, produtos, majoritariamente, enviados para fora do país, revelam que mesmo no século XIX, o setor exportador ainda guardava grande importância na economia da província. A inclusão do ouro nesta realidade deve-se necessariamente aos grandes empreendimentos de mineração subterrânea, capitaneados pelas companhias inglesas.

No entanto, diversas pesquisas já demonstraram que o setor característico da paisagem mineira é o agropastoril, com produções voltadas para os mercados locais, internos à província e também para o abastecimento do Rio de Janeiro. Enquanto a produção cafeeira, concentrada na Zona da Mata, e as produções mineradoras do centro da província, pintavam pontos específicos da província, a agricultura e a pecuária estavam difundidas em toda a paisagem do território. Segundo Cristiano Restituti, mesmo no período em que o café passou responder por parcela predominante das exportações, as produções/exportações não cafeeiras, como gado, toucinho e derivados do leite, mantiveram crescimento ao longo das décadas do século XIX.¹⁷ A mão-de-obra escrava estava difundida em todos os setores produtivos, mesmo aqueles dedicados ao abastecimento de mercados regionais. Para Robert Slenes, o setor exportador é o produzindo efeitos multiplicadores na economia interna, o que explicaria este dinamismo.¹⁸

É importante ressaltar que esta caracterização geral não apreende a forma como os agentes econômicos lidavam com as oportunidades de investimento e acumulação. Lavradores, mineradores, negociantes, artífices, rentistas etc, envolviam-se num leque

¹⁷ RESTITUTI, Op. it. p. 78

¹⁸ SLENES, Robert W. A. Os múltiplos de porcos e diamantes: Economia Escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos.* São Paulo. V. 18, n. 3. p. 449- 495. Set.-dez. 1988.

diversificado de negócios, independente do destino externo ou interno de seus respectivos ramos de atuação. Por isso a necessidade de uma análise em escala reduzida, que permita identificar como os enclaves de mineração sob a tutela inglesa foram aproveitados localmente.

É possível, para tal objetivo, recorrer ao método micro-analítico¹⁹ e decompor internamente as relações econômicas. Esmiuçando as conexões entre indivíduos, famílias e companhias, presentes na documentação analisada, é possível perceber as trocas no instante em que acontecem, uma por uma, trazendo uma riqueza de informações não oferecida pelos dados agregados.

O mapa das minas

Pouco se sabe sobre a relação da comunidade econômica local e as companhias inglesas de mineração. As pesquisas mais importantes dão conta da introdução de técnicas modernas, do volume de ouro extraído e, principalmente, da aplicação do trabalho escravo, motor principal desses empreendimentos.

Os estudos pioneiros são os do professor Douglas Cole Libby, que rastreou boa parte das empresas. Na ocasião, o autor dedicou-se à questão da entrada do capital estrangeiro, das inovações tecnológicas e, sobretudo, a utilização do trabalho escravo em um ritmo (divisão) industrial da produção. Ele realizou um estudo de caso sobre a mais bem sucedida companhia, a *Saint Jonh d'el Rey Mining Company*, estabelecida em Morro Velho, Sabará.²⁰ Fábio Carlos da Silva apresentou tese de doutoramento, também aprofundada sobre o tema. Em um minucioso rastreamento documental demonstrou a relação dos aventureiros ingleses com famílias da elite mineradora na montagem e no funcionamento da *National Brazilian Mining Association*, sediada em Caeté.²¹ Rafael de Freitas e Souza estudou o caso da *Anglo-Brazilian Gold Company Limited* de Passagem de Mariana, que funcionou de 1863 a 1927. Este empreendimento que também virou referência em inovações tecnológicas e organização do trabalho, também por muito tempo logrou êxito na atividade extrativa.²²

Utilizando esses estudos como base de informações sobre o tema, rastreamos os negócios celebrados na capital da província, em virtude do estabelecimento das mineradoras. A tabela 2 indica a denominação, localidade e capital investido pelas companhias nas décadas de 1820 e 1830, o primeiro surto minerador do século XIX, depois da exaustão dos veios auríferos, com as técnicas tradicionais empregadas pelos proprietários locais.

Em poucos anos, a *Imperial Brazilian Mining Association*, a pioneira, se tornou um empreendimento de grande lucratividade, empregando centenas de trabalhadores escravos e livres nas abarrotadas lavras de Gongo Soco. Em razão do sucesso inicial da companhia, a produção de ouro da província obteve um salto de 750 kg no ano de 1825 para quase 2.300 kg em 1829.²³

¹⁹ Aqui recorremos à variação da escala de análise, na concepção de Jaques Revel, abordagem privilegiada por revelar dimensões e níveis variáveis, do mais local ao mais global e por se inscrever em contextos diferentes. REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In.: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1998. p. 28.

²⁰ LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: O caso da Mina do Morro Velho. 1834-1886*. Ed. Itatiaia. Belo Horizonte. 1984.

²¹ SILVA, Op. cit.

²² SOUZA, Rafael de Freitas. *Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina de Passagem de Mariana (1863-1927)*. Tese de doutoramento. USP. 2009.

²³ Esses são dados organizados por Cristiano Restituti, a partir das informações coligidas por Douglas Libby. Restituti também apresentou em gráfico os dados de Soetbeer que, apesar de captarem volumes bem superiores apresentam curva semelhante. No mesmo período, a produção provincial de ouro teria passado de 1.750 kg para 3.000kg. RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas do Comércio interprovincial. 1839-1884*. Dissertação de mestrado. Araraquara. UNESP. 2006

Tabela 2
Companhias de Mineração Inglesas estabelecidas em Minas Gerais nas
décadas de 1820 e 1830

Anos de Operação	Companhia	Minas (Localidade)	Capital (libras)
1824-1856	Imperial Brazilian Mining Association	Gongo Soco (Caeté)	350.000
1825-1829	General Mining Association	Pacú (S. José Del Rei)	140.000
1828-1912	National Brazilian Mining Association	Cocais/Cuiabá (Cocais e Caeté)	200.000
1829-1844	Brazilian Company	Cata Branca (Itabira do Campo – OP)	60.000
1830-1960	Saint Jonh Del Rey Mining Company	Morro Velho (Nova Lima – Sabará)	165.000
1834-1840	Serra da Candonga Gold Mining	Candongua (Serro)	
1836-1842	Companhia de Mineração de Minas Gerais	Morro das Almas (Santa Bárbara)	47.000

Fonte: SILVA, Op. cit. p. 13

No entanto, em 1828, Edward Oxenford foi afastado da companhia pelos diretores de Londres, acusado de superfaturar compras de mantimentos, animais e equipamentos, contrabandear ouro e também por ter criado um novo empreendimento, do qual falaremos a diante.²⁴

A cobrança de impostos que recaía sobre a companhia era altíssima, pelo fato de ter sido a pioneira e ter celebrado um contrato de exploração muito vantajoso para o governo. No final da década de 1840, o empobrecimento dos veios auríferos e as altas taxas já não permitiam os lucros iniciais e o processo de endividamento se acelerou. Em 1856, suas operações são encerradas e logo depois os escravos e propriedades são embargados pelo comendador Francisco de Paula Santos.²⁵

Outro empreendimento que merece ser citado é o da *The Brazilian Company*, que adquiriu lavras e terras em Itabira do Campo, distrito de Ouro Preto. No início da década de 1820, D. Vitória Maria de Sousa Coutinho (o segundo Conde de Linhares)²⁶, adquiriu as propriedades da lavra da Cata Branca de um antigo minerador falido. Depois de promover melhorias nas lavras e conseguir concessão do governo imperial, realizou contrato de venda, em 1830, por intermédio de José Estevão Cliff, advogado inglês que, em Minas Gerais, se envolveu com os negócios da mineração.²⁷ Em 1832, Aristides Franklim Mornay, superintendente da companhia, completou a compra das lavras, pagando o valor de 10 contos ao Conde de Linhares. Esta segunda transação foi registrada no primeiro tabelião de Ouro Preto, tendo sido paga à vista, em moedas de cobre.²⁸

Uma fazenda para as produções agrícolas e para estabelecimento de fundição de ferro também foi adquirida pelo superintendente Mornay. A Fazenda dos Arêdes, que também

²⁴ SILVA, Op. cit.

²⁵ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília. Senado Federal. 2001. p. 258; LIBBY, Op. Cit. p. 320.

²⁶ Filho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o primeiro Conde de Linhares

²⁷ HIRASHIMA, Haiato. *Um dia em Cata Branca: Subsídios da Arqueologia Histórica e do Geoprocessamento para elaboração de estratégia de preservação*. Monografia de Bacharelado do curso de especialização em Arquitetura Urbana. UFMG. 2003. p. 34

²⁸ *Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar*. Livros de notas. Livro 187. Folha 63. 1832.

possuía lavras, custou 12 contos de réis. Em 1840, nova propriedade foi adquirida pelos superintendentes, Eduardo Harding e Guilherme Zivulim. Tratava-se da Fazenda do Marzagão, incluindo engenho, moinho, fábrica de ferro, terras de cultura e mineração, pela bagatela de 3 contos de réis.²⁹ O novo investimento deve ter ocorrido pelo aumento da demanda da própria companhia que, tendo iniciado em 1832, chegou no início da década de 1840, ao auge de sua rentabilidade, possuindo 300 escravos.³⁰

Um detalhe da operação merece atenção. Os procuradores do vendedor e dos compradores, os superintendentes da companhia, foram, respectivamente, os comerciantes Francisco Guilherme de Carvalho e Francisco de Paula Santos. Estabelecidos no núcleo urbano da cidade, onde estavam os cartórios, em dezenas de situações encontramos comerciantes representando fazendeiros e mineradores nas transações. É provável que esta relação tenha se fixado através dos negócios cotidianos, não registrados nos livros de notas, como a venda de escravos e mantimentos.

A história da *Brazilian Company* em Cata Branca foi curta e com fim trágico. Os relatos de viajantes analisados por Douglas Libby fazem críticas ao modelo da administração e a alguns procedimentos técnicos. Em 1844, um enorme desabamento matou trabalhadores e provocou o encerramento das atividades. A mina da Cata Branca e seu maquinário foram vendidos para companhia *Saint John d'el Rey* de Morro Velho (Sabará). Os seus 385 escravos foram alugados para a mesma companhia, por 1.500 libras anuais, garantindo alguma rentabilidade aos sócios pelos anos seguintes.³¹

É difícil mensurar o impacto, mas é provável que a derrocada de dois empreendimentos tão gigantescos, a *Brazilian Company* (Cata Branca) e a *Imperial Brazilian Mining Association* (Gongo Soco), tenha sido sentido pelo mercado local. Os dados sequenciais da produção de ouro da província apontam para uma redução de cerca de 1.700 kg para quase 1.300 kg, no ano seguinte ao desabamento.³² Segundo Douglas Libby, o período entre o final da década de 1840 e início da década de 1860 representa um interregno de novos investimentos ingleses em Minas Gerais, em boa medida influenciado pelos referidos fracassos.

Coincidência ou não, no final de década de 1840 houve uma significativa queda do número e nos valores das transações mercantis escrituradas na cidade de Ouro Preto. Os volumes do crédito e das vendas de imóveis rurais, sobretudo das propriedades que possuíam terras e lavras minerais, tem um brusco recuo entre 1846 e 1850, quando há nova recuperação.³³

Se através dos dados quantificados existem indícios do vínculo dos empreendimentos mineratórios e a economia regional, a análise pormenorizada torna essa realidade mais evidente. A entrada do capital estrangeiro na região, de fato, representava a oportunidade de realizar um bom negócio com as mal exploradas lavras minerais, sobretudo as maiores, pertencentes à famílias tradicionais da região. José Feliciano Pinto Coelho (futuro Barão de Caeté), liderança política importante na região, além de sócio e procurador da família Pinto e Figueiredo, donos das “Lavras da Conceição”, em Itabira do Mato Dentro, assinou contrato para a venda ou arrendamento da propriedade. O também sócio, Francisco de Paula Santos, estava autorizado a “vender ou arrendar as lavras e terras de cultura da Conceição para uma companhia nacional, estrangeira ou particular, por não poderem [os proprietários] bem trabalhar e conservar as ditas”. O contrato inicial, de 1835, impunha valores e condições abusivos: 50 mil libras para venda, 33 mil libras para arrendamento, com direito a 5% do ouro

²⁹ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de notas. Livro 192. 89v. 1840

³⁰ HIRASHIMA, Op. cit.

³¹ LIBBY, 1988. Op. cit. p. 276

³² RESTITUTI, Op. cit. p. 66

³³ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de Notas (1º, 2º, 3º tabeliães).

prospectado. Na mesma semana foi assinado um novo contrato alterando os valores para 800 mil réis, cada uma das 256 braças da propriedade.³⁴

O intermediário na transação, Francisco de Paula Santos, teria direito a 5% do valor transacionado. Em 1835, ele ainda não era o famoso comendador e deputado das décadas seguintes, mas já se destacava, em Ouro Preto, com loja de fazendas na Rua São José e com o comércio de escravos, vindos do porto do Rio de Janeiro. Sua influência parece ter sido válida, pois, em 1839, um contrato estabeleceu as condições para a continuidade dos trabalhos da *Brazilian Company*, em Itabira do Mato Dentro. Em escritura lavrada no Terceiro tabelião, os proprietários autorizam Paula Santos a realizar “novo contrato” com o superintendente Guilherme Cates Warth, para, “diante das dificuldades encontradas”, ter mais tempo de análise das lavras. A Companhia teria o prazo de três anos para trabalhar, com prioridade para a compra. No mesmo dia, o novo contrato foi assinado.³⁵

No filão do aquecimento do mercado das lavras minerais, Inácio Mendes de Magalhães vendeu a parte que lhe pertencia nas terras da família Pinto Coelho em Catas Altas do Mato Dentro. A escritura lavrada é de 1836 e os compradores, conhecidos intermediários das companhias inglesas em Minas Gerais, José Peixoto de Souza e José Estevão Cliff. O negócio, a princípio, pareceu vantajoso para estes. Compraram as lavras da Nova Serrinha pelo valor de 10 contos de réis, com cinco contos pagos à vista, ficando os compradores com três contos de réis para serem investidos em ações de qualquer companhia que fosse explorar a área. Os outros dois contos de réis seriam pagos em um ano.³⁶

Dois anos mais tarde, José Peixoto de Souza e José Estevão Cliff contrataram entre si, sociedade para a exploração de diversas lavras situadas em Catas Altas do Mato Dentro, adquiridas pelos dois, em conjunto ou de forma particular. No minucioso contrato, convencionaram “trabalhar as ditas lavras segundo os usos de mineração científica, proporcionando para isso os fundos necessários fornecidos por ambos em iguais partes”.³⁷

Pouco se sabe sobre algum sucesso de investimento nacional, além é claro das tradicionais explorações por famílias tradicionais. O caso da sociedade entre o doutor Cliff e o Alferes Peixoto de Souza é excêntrico, porém revelador do contexto econômico da região. Somente uma união deste tipo poderia sonhar em explorar as minas subterrâneas da época. O primeiro, chamado de anglo-americano, por Richard Burton, tinha experiência no comércio do ouro e relações com as grandes companhias e o segundo, já era rico comerciante de Ouro Preto, talvez o principal vendedor de escravos da capital da província.

É possível que os dois nem tenham levado o negócio a diante por causa de uma oferta da *Companhia de Mineração de Minas Gerais* (Morro das Almas), situada no arraial de Santa Bárbara. Em 1840, os negociantes diretores da companhia em Londres registraram procuração autorizando João Carlos Hocheder a negociar com José Estevão Cliff e outros donos de escravos e minas para serem adquiridos pela companhia. O negócio envolvendo escravos entre a companhia e José Peixoto será apresentado a diante.³⁸

George Gardner confirma a grandeza dos negócios de José Peixoto de Souza, ao relatar sua passagem por Ouro Preto, em 1841:

Durante minha curta estada na imperial cidade fiquei em casa do senhor José Peixoto de Souza, a quem levava de Morro Velho cartas de recomendação. É o principal comerciante da Província de Minas e possui a mais bela casa da cidade, cuja a edificação lhe custou 4.000 libras esterlinas, alto preço para uma casa no interior do Brasil. É homem de índole serviçal e bondosa, e, sendo agente de todas

³⁴ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de notas. Livro 188. Folhas: 68 e 72.

³⁵ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de notas. Livro 191. Folha 65v. 1835

³⁶ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de notas. Livro 189. Folha 45. 1836

³⁷ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de notas. Livro 192. Folha 19. 1838

³⁸ Arquivo do Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Livros de notas. Livro 192. Folha 64v. 1840.

as companhias inglesas de mineração, sua residência é onde se hospedam, ao passar pela cidade, todos os funcionários à elas pertencentes (...). Ele começou a vida com um simples faiscador de ouro e é hoje o principal mercador desse metal na província.³⁹

José Peixoto de Souza também estaria vinculado aos negócios da *National Brazilian Mining Association*, criada por Edward Oxenford, ainda quando dirigia a já citada *Imperial Brazilian*. O inglês reuniu sócios e fundou a companhia em 1828, que começaria suas operações na *Fazenda de Macaúbas*, em Cocais, comprada ao Barão de Catas Altas por 60 contos de réis. Também com a ajuda do Barão, que aparece como sócio da companhia, mas sem poder de gerência, foi alcançada a autorização oficial do imperador, em 1829, para atividades de mineração já iniciadas. O Barão via no negócio a oportunidade de voltar a ter lucro com as lavras, pois a falta de recursos técnicos e financeiros já não trazia lucros. A ele coube também 10% das ações (ou 600), porém nunca recebeu os dividendos. Estas mesmas ações foram divididas entre os sócios em Londres, alegando a companhia não ter recebido todas as minas prometidas. Dessa forma, Oxenford se afastava do antigo amigo e aliado político.⁴⁰

Amigo de D. Pedro e conhecido por suas extravagâncias financeiras, o Barão de Catas Altas viveu uma verdadeira derrocada política e econômica após a abdicação do Imperador, em 1831, o que o deixou de mãos atadas diante dos ingleses.⁴¹ Em 1838, não teve outra opção se não realizar um grande empréstimo com José Peixoto de Souza, no valor de 29 contos, com juros de 18% ao ano e prazo de seis anos para o pagamento. O Barão e seu único filho, José João de Souza Coutinho, hipotecaram todos os bens que lhe restaram (60 escravos e parte da fazenda que possuíam em Brumado).⁴² Um ano depois ele faleceu na cidade de Itabira do Mato Dentro.

A decadência do Barão de Catas Altas, para além da incapacidade empresarial, está relacionada à perda de influência política de seu amigo e sócio, Marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), político mineiro fiel à D. Pedro I, que faleceu isolado e pobre em 1833. A crítica situação financeira da família fez com que a viúva, Marquesa de Queluz, moradora de Sabará, usasse a fama para conseguir um empréstimo de dois contos de réis com o eminente comerciante de Ouro Preto, Francisco de Paula Santos.⁴³

Durante a Regência foi a elite política liberal quem estabeleceu hegemonia em Minas Gerais, entre eles José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (presidente da província em 1835), membro de uma das mais tradicionais famílias de mineradores de Minas Gerais. É justamente desse grupo que Edward Oxenford se aproximou para adquirir e incorporar a *Fazenda da Cachoeira*, na Serra de Cocais, aos bens da *National Brazilian* (Companhia de Macaúbas). Para tanto, ele contou com a intermediação do simpatizante dos liberais e amigo de José Feliciano, nosso já conhecido José Peixoto de Souza. O comerciante ouro-pretano e agente de Oxenford em Minas Gerais, aos poucos comprou partes da fazenda, tornando-se o principal sócio da família Pinto Coelho da Cunha.⁴⁴

Com a formação da Companhia, os 14 sócios brasileiros receberam 50 mil libras e teriam direito a décima parte do ouro prospectado, após a dedução do imposto nacional. Na semana seguinte à assinatura do contrato, José Peixoto de Souza adquiriu mais uma parte da Fazenda, aumentando sua participação na companhia. Existem indícios de que a companhia

³⁹ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. EDUSP/Itatiaia. Belo Horizonte. 1975. p. 228.

⁴⁰ SILVA, Op. cit. p. 34.

⁴¹ SILVA, Op. cit. p. 24.

⁴² *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de Notas. 2o tabelião. Livro 192. Folha 111. 1840.

⁴³ *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de Notas. 2o tabelião. Livro 189. Folha 14. 1835.

⁴⁴ SILVA, Op. cit. p. 62

trocava ouro em pó de forma irregular na casa comercial do mesmo Peixoto de Souza, que também fornecia escravos. Devido à fama da Serra de Cocais, Edward Oxenford vendeu rapidamente novas ações na bolsa de Londres, algumas delas adquiridas pelos sócios brasileiros.⁴⁵

As alianças políticas e os acertos econômicos entre brasileiros e ingleses sofreriam duros golpes no final da década de 1830 e início da década de 1840. A extração do ouro não correspondeu às expectativas, Edward Oxenford é então afastado do controle da firma, em 1838, e os sócios ingleses nomeiam novos administradores. Em duas procurações registradas no cartório de Ouro Preto, a cúpula da companhia em Londres autorizava os novos diretores a demitir funcionários e tratar com o ouro prospectado.⁴⁶ Oxenford, então volta para Inglaterra, onde passaria a responder processo por irregularidades na condução dos negócios.⁴⁷

Diferente da família Pinto Coelho da Cunha que aguardava o sucesso da companhia, José Peixoto de Souza diversificava seus interesses e passava a tratar com dois negociantes ingleses também envolvidos com a mineração: Salomon Bennaton e João Morgan Junior. Com um capital de 150 contos de réis, abriram uma casa comercial no Rio de Janeiro, em 1844, “exclusivamente para giro dos seus negócios”. O contrato registrado em cartório não especifica o ramo dos negócios, mas tudo indica se tratar de uma estratégia de ainda operar com a recepção interna de ouro e do tráfico de escravos, via porto do Rio de Janeiro. Os negócios diretos com a mineração haviam sofrido percalços após a Revolta Liberal de 1842, por decorrência da qual Peixoto de Souza teve seus bens confiscados, mas no ano de 1844 fora anistiado.⁴⁸

Já em 1849, os diretores da *National Brazilian* fazem uma declaração notarial dos bens pertencentes para serem utilizados como hipoteca para segurança de dívidas. Se este era um sinal de tempos ruins, pior ainda foi desabamento da mina de Cocais, dois anos mais tarde, o que provocou o fechamento desta e a mudança de operações para outras lavras. Em 1852, o diretor Edward Oxenford outorga hipoteca de todos os bens por conta de uma dívida de sete mil libras com um grupo de negociantes ingleses, “Freland Ker Colingo e Cia”. A firma londrina, com negócios no Rio de Janeiro, registra longa documentação comprobatória no cartório de Ouro Preto, em 1859. Nesta ocasião, parte da dívida havia sido quitada, porém a firma londrina nomeia dois representantes para tomarem posse de propriedades e escravos pertencentes à companhia.⁴⁹

A justiça britânica decretou o embargo dos bens da *National Brazilian*, em 1857, deixando os acionistas brasileiros de fora da nova empresa comandada pelos sócios ingleses. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, o Barão de Caeté, e seus descendentes nunca receberam os dividendos relativos às ações.⁵⁰

Com a vitória dos conservadores em 1842 e o falecimento de José Peixoto de Souza, em 1845, Francisco de Paula Santos passa a ser o principal negociante e agente dos ingleses na capital da província. Investia no empréstimo a juros, na troca do ouro, no comércio de escravos e na posse de lavras minerais. Foi eleito deputado provincial por duas vezes na década de 1840 e seis vezes deputado da Assembléia Geral, nas décadas de 1850 e 1860.

⁴⁵ SILVA, Op. cit p. 62.

⁴⁶ *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de Notas. Livro 192. Folha 140. 1841.

⁴⁷ No entanto, Oxenford continuava, em Londres, seus ambiciosos planos financeiros, conseguindo estabelecer um banco, em 1840. Um tempo depois conseguiria voltar a controlar a *National Brazilian*, através de seu sobrinho Henrique Oxenford, antes de ser processado pelos acionistas. SILVA, Op. cit. p. 64.

⁴⁸ SILVA, op. cit. p. 75-77; A escritura de sociedade e contrato de abertura da casa comercial se encontra: *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Livro. 194. Folha. 89.

⁴⁹ *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de notas. Livros 203 e 211.

⁵⁰ SILVA, Op. cit.

Paula Santos esteve envolvido também na venda das propriedades da família Azeredo Coutinho para uma nova companhia inglesa. A matriarca da família, Rosa Clark de Azeredo Coutinho, herdou de dois casamentos uma imensidão de terras e lavras minerais. Casou-se em primeiras núpcias com Raimundo Nonato de Souza Coutinho e, ficando viúva, uniu-se com o inglês Diogo Clark, superintendente da *Brazilian Company*, de quem também ficou viúva. Durante as décadas de 1830, 1840 e 1850, a família acumulou dívidas, mas sobreviveu com o negócio da mineração. Em 1864, um grande negócio bateu à porta da viúva e filhos: a compra das lavras da Paciência, Morro das Almas, Chaminé, Fox e Passa Tempo, além das terras de cultura, pela *East d'el Rey Mining Company*.

A companhia conseguiu estabelecer-se, em 1861, com o capital de 90.000 libras. Este era o primeiro novo investimento inglês, depois de 25 anos de incredulidade do capital estrangeiro. Segundo Douglas Libby, o sucesso da *Saint Jonh Del Rei* (Morro Velho) impressionou os investidores que apostaram na *East de'l Rey*. Iniciou suas operações em Sabará, com numerosa escravaria, mas logo se viu que a produção não compensava os investimentos. A solução foi a aquisição de novos terrenos, desta vez, em Santa Bárbara.⁵¹

Um conglomerado de 14 vendedores, entre filhos e genros de Dona Rosa Clark de Azeredo Coutinho, se unia por uma miríade de procurações para venda ao superintendente da companhia, Thomaz Treloar. O custo total foi de 114:166\$668, pago “em dinheiro e em letras sacadas por Guilherme Treloar, [também] superintendente da Companhia, compradora na casa comercial do Rio de Janeiro Shustar & Storm, agentes financeiros da mesma companhia.” Deste valor, 15 contos seriam pagos ainda, a quatro irmãos não presentes, representados por Diogo Henrique Clark.⁵²

Como as propriedades estavam hipotecadas para segurança de dívidas da família, os credores receberam suas partes respectivas, no ato da venda. Reparemos na tabela 3 que pelo menos quatro dos seis credores eram comerciantes:

Tabela 3
Credores da família Azeredo Coutinho

Credores	Ocupação	Valor da dívida
Fidelis Nepomuceno Prates	Comerciante (SP)	13:574\$814
Francisco de Paula Santos	Comerciante (OP)	6:426\$904
Antônio Olinto Pinto Coelho da Cunha	Minerador/familiar	2:884\$840
Francisco de Paula Cândido	Sem informação	2:585\$755
José Batista de Figueiredo	Comerciante (OP)	1:954\$466
Vitorino Moreira Coelho	Comerciante (OP)	1:052\$000
Total descontado		28:478\$779

FONTE: *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de notas 1º ofício. Livro 215. Folha 98.

O quadro de credores mostra a estreita relação de comerciantes da cidade com as famílias proprietárias, principalmente como fornecedores ou emprestadores. Vitorino Moreira Coelho fornecia gêneros de seu armazém, José Batista de Figueiredo fornecia fazendas e Fidelis Nepomuceno Prates, provavelmente tinha negócio de venda de bestas de Sorocaba para o genro de Rosa, Felipe Coelho dos Santos. Este último havia feito, naquele mesmo ano, um empréstimo com o comendador Francisco de Paula Santos, que acabou sendo o maior beneficiado com a transação, pois, além de comissionado, recebeu à vista, 6:426\$904, pelo empréstimo.

⁵¹ LIBBY, 1988. Op. cit. p. 277

⁵² *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de notas 1º ofício. Livro 215. Folha 98.

Richard Burton registrou a proeminência do comendador nos negócios mineradores, quando esteve hospedado em sua casa, no ano de 1867:

Nós e nosso seguidor encontramos abrigo em casa do comendador Paula Santos. Hospedeiro e Recebedor-geral dos ingleses em Ouro Preto, como fora José Peixoto de Souza, na última geração. Ele se encontrava no Rio de Janeiro, mas seu irmão, Dr. Marçal José dos Santos fez as honras da Cidade do Ouro.⁵³

O relato confirma a sucessão de Paula Santos à Peixoto de Souza no domínio do comércio na capital da província. Pelo menos quatro comerciantes/mineradores ingleses realizaram empréstimos com o comendador, para giro dos negócios, hipotecando escravos.⁵⁴

Mas qual seria a explicação para o sucesso desses dois negociantes? Poucos proprietários e comerciantes da região tinham cabedal suficiente para entrar de forma tão incisiva nos negócios da mineração industrial. Ambos estavam estabelecidos com loja de fazendas secas na Rua São José, em Ouro Preto, mas talvez o que ofereceu essa condição aos dois tenha sido a acumulação oriunda do comércio de escravos, nas décadas de 1820 e 1830.

O comércio de cativos e a mineração

Minas Gerais foi a maior província escravista do Brasil. Mesmo na primeira metade do século XIX, quando a produção exportadora de café da Zona da Mata mineira ainda não havia alcançado grande magnitude, a província manteve-se entre as principais importadoras e mão-de-obra cativa. A explicação para isto está na capacidade de compra das produções agropecuaristas voltadas para o mercado interno e também na possibilidade de reprodução natural do plantel mancipio nessas propriedades.⁵⁵ Na região central da província, a mineração, conjugada com a agricultura e a incipiente produção siderúrgica ainda eram responsáveis por significativas entradas de africanos.

Segundo Douglas Libby, ao analisar os assentos de batismo de cinco paróquias de Minas Gerais, depois de um interregno entre 1790 e 1813, houve uma significativa retomada do número de batismos de africanos, o que denotaria um crescimento do tráfico.⁵⁶ Até 1830, o crescimento foi constante. Para o mesmo período, os registros da Polícia da Corte, compilados por João Fragoso, indicam que Minas Gerais respondia por 48,4% do comércio do Rio de Janeiro com as províncias.⁵⁷

Miriam Lott também se baseou na evolução do batismo de escravos adultos para indicar a recuperação econômica vivida por Vila Rica, a partir de meados da década de 1810. Entre 1813 e 1832 é notório o crescimento da entrada de escravos adultos na cidade. A redução posterior poderia estar ligada à restrição da capacidade de compra do comerciante e minerador ouro-pretano, mas também ser resultado de uma sub-representação da fonte,

⁵³ BURTON, Op. Cit. p. 411

⁵⁴ *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de notas.(1º, 2º, 3ºtabeliães).

⁵⁵ Sobre a importação de escravos por regiões não exportadoras de Minas Gerais ver: MARTINS, Roberto B. "Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora". *Estudos Econômicos*. Vol 18. N. São Paulo 1983. Sobre a reprodução natural aliada à importação de africanos em produções agropecuárias ver: LIBBY, Douglas e GRIMALDI, Márcia. *Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista*. Minas Gerais no século XIX. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: N. 7, p. 26-43. dez. 1988.

⁵⁵ LIBBY, Douglas Cole. O tráfico negreiro e as populações escravas das Minas Gerais. c. 1720-c. 1850 *Meeting of the Latin American Studies Association*. San Juan, Puerto Rico. 2006. p. 15.

⁵⁶ LIBBY, Douglas Cole. O tráfico negreiro e as populações escravas das Minas Gerais...Op. Cit. p. 15.

⁵⁷ FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992.p. 146

causada pelas medidas proibitivas de 1831. O batismo também servia de comprovação da posse do cativo, o que pode ter provocado a manipulação do registro.⁵⁸

Uma passagem pelos referidos Códices da Polícia da Corte, especialmente nos “despachos de escravos” é possível identificar que Francisco de Paula Santo e José Peixoto de Souza registraram compras de escravos. O primeiro registrou 50 escravos em duas passagens nos anos de 1827 e 1829. O segundo registrou 130 cativos, entre 1827 e 1832. O lojista Manoel José F. de Oliveira, cunhado de Paula Santos, registrou 50 almas neste mesmo ano.

Era justamente o contato e o crédito com os negociantes grossistas do Rio de Janeiro, na frequência do comércio de fazendas, que dava à grandes comerciantes de Ouro Preto e Mariana a oportunidade de arrematar levas tão significativas.⁵⁹ Apesar de poucas referências na Polícia da Corte, as escrituras denunciam continuidade de operações envolvendo escravos, após o fim legal do tráfico. José Peixoto de Souza realizou uma grande transação de venda de escravos para a *Companhia de Mineração de Minas Gerais*, situada em Sabará. Foram vendidos 71 escravos, todos africanos, e, em 1840, a companhia registrou dívida com hipoteca dos próprios cativos no valor de 34:030\$000.

No limiar da década de 1830, as principais companhias já estavam com seu quadro de mão-de-obra escrava praticamente formado. As quatro maiores firmas somavam quase 1500 cativos, conforme a tabela 4, número que tendeu a aumentar no decorrer da década. Mas como formaram este gigantesco exército de trabalhadores, que era complementado por brasileiros livres e europeus?

Tabela 4
Número de escravos das quatro principais companhias inglesas, em 1832.

Companhias	Localidade/Mina	Escravos em 1832
Imperial Brazilian Mining Association	Santa Bárbara/ Gongo Soco	404
National Brazilian Mining Association	Cocais e Macaúbas	400
Saint John Del Rey Mining Company	Sabará/Morro Velho	263
The Brazilian Company	Itabira do Campo/Cata Branca	300

FONTE: LIBBY, 1988. Op. Cit. p. 272-364

Infelizmente, apesar das escrituras flagrarem a presença das principais companhias inglesas instaladas nas cercanias da capital, existe um quase total silêncio no tocante à aquisição da mão-de-obra escrava. As fontes de que dispomos não nos permitem tirar grandes conclusões e as pesquisas já realizadas não trazem detalhes sobre a origem dos cativos de todas as companhias.

Douglas Libby conseguiu identificar a origem do plantel da *Saint John Del Rey Mining Company* (Sabará – Morro Velho), a mais bem sucedida companhia mineradora no século XIX. Na década de 1830, a firma adquiriu escravos, majoritariamente na praça do Rio de Janeiro, mas após a supressão do tráfico na legislação inglesa, em 1843 (Lei de Lord Brougham), optou por captar mão-de-obra na própria província. Aproveitou-se das falências de outros empreendimentos de mineração comprando levas de cativos já experientes e ambientados no trabalho das minas.⁶⁰

⁵⁸ LOTT, Miriam Moura *Sob o badalar dos sinos o ar da modernidade, Ouro Preto: População, Família e Sociedade. 1838-1897*. Tese de doutoramento. FAFICH/UFMG. 2009. p. 133

⁵⁹ ANDRADE, Leandro Braga. Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX. *Temporalidades*. Belo Horizonte. Vol 2. N 1. (jan-jun 2010). Maio de 2010. p. 157-168.

⁶⁰ A Saint John adquiriu escravos da *Mina de Morro das Almas*, pertencente à proprietários brasileiros, à *National Brazilian* (Companhia de Cocaes) e à *Minas Gerais Company*, também empreendimentos ingleses. Libby, *Trabalho escravo e capital estrangeiro....* p. 93

Boa parte dos escravos das companhias era também alugada de proprietários, outras firmas e comerciantes da região central da província, que viam ótima oportunidade de ter rendimentos seguros com essas operações. A própria *Saint John Del Rey* aumentou progressivamente o seu quadro de escravos alugados. Inicialmente com 385 cativos alugados da *Brazilian Company*, falida com o desabamento da Mina de Cata Branca, em 1844, posteriormente, com 155 trabalhadores pertencentes à *National Brazilian*, aquela administrada por Edward Oxenford, e também com 414 escravos alugados pelo Comendador Francisco de Paula Santos e seu genro, Henrique Dumont.

A única escritura de arrendamento de escravos que tivemos acesso informa a locação de 40 cativos por dois comerciantes mineradores também à mesma *Saint John*, em 1850. O inglês Thomaz Bawden, de Passagem de Mariana, e o francês Antônio Buzelim, de Ouro Preto, fizeram contrato por três anos com a companhia, no valor de 5:400\$000.⁶¹ Os negócios com a venda, compra e aluguel de escravos feitos pelos dois comerciantes estrangeiros são flagrados nas escrituras cartoriais de Ouro Preto e Mariana. Além disso, eles ainda investiam na extração de ouro, em Passagem de Mariana, tendo adquirido lavras e escravos de outros comerciantes da capital da província.

Os negócios com cativos eram privilégio de poucos, numa região de raras grandes fortunas. O acúmulo daí originado, desde os finais da década de 1820, garantiu a larga predominância do comendador Francisco de Paula Santos, peça chave no funcionamento no incerto e arriscado setor da mineração subterrânea da província de Minas Gerais.

Os 414 escravos alugados por ele à *Saint John Del Rey* eram oriundos da *Imperial Brazilian*, companhia da qual o comendador era credor e hipotecário, no valor de 150:000\$000. Quando as companhias estavam em dificuldades, as possibilidades de levantar capitais na Inglaterra para novos incrementos de terras, mão-de-obra e manutenção eram pequenas. Por isso, o endividamento com fornecedores e emprestadores brasileiros foi comum. Na época do embargo dos bens na *Imperial Brazilian*, Paula Santos tomou posse de escravos e terras.

Na lista dos devedores do comendador, identificados nas escrituras notariais, ainda estavam: comerciantes, proprietários mineradores, administradores de companhias e membros das famílias tradicionais da região. Apesar desta diversidade, as transações tiveram algo em comum: a constância da utilização de escravos como garantia de pagamento, ou simplesmente hipoteca.

A tabela 5 informa as 19 transações de empréstimos feitas pela casa comercial de Paula Santos e registradas nos cartórios de Ouro Preto, entre 1835 e 1866⁶². Além do interesse na cobrança de juros, que seguia a tendência de 1 ou 1,5 por cento ao mês, havia a clara preferência à garantia dada pela posse de escravos. Em 18 das 19 escrituras aparecem pelo menos um escravo hipotecado pelo dono devedor. No total, foram 113 escravos hipotecados, somente nos registros notariais da capital da província.

⁶¹ *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de notas. Livro 202. Folha 80.

⁶² Os dados se limitam ao período da pesquisa. Os negócios de Francisco de Paula Santos se estendem para além de 1865.

Tabela 05
Dívida e hipoteca dos empréstimos realizados pela casa comercial de Francisco de Paula Santos. Ouro Preto. 1835 -1865.

Ano	Devedor	Ocupação	Empréstimo	Bens hipotecados	N. de Escravos
1835	Marquesa de Queluz	lavrador/mineração	2:000\$000	Escravos	06
1837	José de Freitas Pacheco	S/informação	945\$188	Escravo e chácara	02
1837	Diogo Clark (por ordem de Wiliam Cates Warth)	Minerador	3:000\$000	Escravos	18
1838	Guilherme Galssey	Minerador	4:787\$610	Escravos e lavras	06
1838	Henrique Raimundo Desgenotto	s/informação	590\$000	Escravos	02
1839	Valeriano Antônio Mascarenhas	Lavrador	2:000\$000	Escravos	05
1840	Patrício Pereira Campos	Comerciante	590\$000	Casa	
1840	Policeno da Costa Pacheco	Lavrador/minerador	1:500\$000	Escravos, fazenda e lavras	08
1840	Policeno da Costa Pacheco	Lavrador/minerador	1:200\$000	Escravos, fazenda e lavras	08
1841	Thomaz Bawden	Comerciante	600\$000	Escravo	01
1841	Maria Bárbara da Silva e herdeiros	Lavrador	3:480\$000	Escravos	06
1844	Luciano da Silva Ribeiro	S/ informação	700\$000	Escravos	02
1851	Antônio Buzelim	Comerciante	2:000\$000	Escravos	05
1852	Manoel José Fernandes de Oliveira	Comerciante	13:922\$130	Escravo	15
1853	Silvério Avelino de Araújo Lima	Minerador	7:798\$258	Escravos	20
1853	Francisco de Assis de Souza Coutinho	Minerador	1:200\$000	Escravos e lavras	04
1855	Amanda Hubert	Comerciante	1:200\$000	Escravo	01
1856	Francisco de Assis de Souza Coutinho	Minerador	3:945\$463	Escravo e lavras	01
1861	Manoel Alves Dutra	Lavrador	1:998\$070	Escravos e fazenda	02
1864	Felipe Coelho dos Santos	Lavrador	6:741\$600	Escravo e fazenda	01
	Total		36:805\$521		113

Fonte: *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de notas.(1º, 2º, 3ºtabeliães).

A maior parte dos que recorreram ao serviço usuário do comendador eram lavradores ou mineradores.⁶³ O objetivo do empréstimo estaria relacionado ao saldo de outras dívidas, à aquisição de cativos ou mesmo para o investimento e giro do negócio. É o caso do minerador Diogo Clark que justifica o empréstimo de três contos de réis e hipoteca de 18 escravos : “para arranjo de sua casa e pagamento várias dívidas”.

No término do prazo de muitos empréstimos não quitados, a transmissão da propriedade do escravo era quase certa. Em uma dimensão menor, esta era a estratégia dos demais grandes comerciantes da praça de Ouro Preto, ao realizarem operações de crédito com valores expressivos. Nas décadas de 1830 e 1840, cerca de 80% dos escravos hipotecados na cidade pertenciam à devedores de comerciantes.⁶⁴

O enriquecimento de Francisco de Paula Santos e José Peixoto de Souza também esteve relacionado ao comércio do próprio ouro, à posse de lavras minerais, ao empréstimo a juros e às relações políticas e familiares que estabeleciam na região. Porém, parece ter sido os

⁶³ Aqui estamos considerando as dívidas com hipoteca registrada em cartório e não o pequeno crédito, comumente oferecido pelas casas comerciais.

⁶⁴ *Arquivo do Museu da Inconfidência*. Casa do Pilar. Livros de notas.(1º, 2º, 3ºtabeliães).

negócios com cativos que ofereceram as possibilidades de torná-los sócios e credores dos empreendimentos estrangeiros de mineração.

Peixoto de Souza faleceu em 1845, no município de Santa Bárbara, onde tinha propriedades de mineração.⁶⁵ Seu sucessor na intermediação dos negócios da mineração na capital da província, Francisco de Paula Santos, ainda viveu por muitas décadas, chegando a falecer no Rio de Janeiro, em meados de 1880. Neste tempo, sobretudo após o fim do tráfico de escravos, o comendador diversificou seus negócios. Em sociedade com o irmão, Joaquim José dos Santos Junior, comprou terras no município de Campos (Rio de Janeiro), e em sociedade com o genro, Henrique Dumont, comprou uma imensa fazenda, em Santa Luzia (município de Sabará), de onde fornecia madeira para a *Saint John Del Rey*. Passou também aos cuidados de Dumont, a Fazenda do Casal, na região cafeeira de Valença, no Rio de Janeiro, de onde o genro iniciou a trajetória grande sucesso com a agro-exportação.⁶⁶ Apesar de todos os desdobramentos de seus negócios, o comendador Paula Santos sempre manteve seu escritório comercial em Ouro Preto, sua cidade natal e principal base eleitoral.

Conclusão

A presença inglesa no Brasil do século XIX tende a ser identificada com práticas mercantis modernas, com o modelo industrial da aplicação do capital produtivo e com tecnologia mais avançada. Para o caso do comércio, o contraponto seria o crônico arcaísmo dos negociantes luso-brasileiros. Carlos Gabriel Guimarães, ao analisar as firmas comerciais inglesas situadas na praça do Rio de Janeiro, propõe uma visão integrada entre atuação econômica, relações políticas e familiares, além da percepção das reações dos negociantes nacionais diante da predominância inglesa. Esta perspectiva eliminaria o engessamento provocado pela inserção simplificadora do Brasil independente no sistema econômico mundial, sob hegemonia inglesa.⁶⁷

O caso da entrada das companhias inglesas em Minas Gerais não pode ser resumido apenas à este contexto. Como bem mostrou Fábio Carlos da Silva, a instalação das empresas dependeu de acordos políticos e econômicos com a elite local e com o Estado. Além disso, a marca desses negócios foi a má gerência, as irregularidades e a tutela financeira e administrativa à mercê de aventureiros.

Da mesma forma, a intensa participação do capital mercantil de dois comerciantes ouro-pretanos nos negócios das mineradoras indica que a comunidade econômica local não esteve passiva diante da inserção da região, via exploração aurífera subterrânea, no mercado internacional. Francisco de Paula Santos e José Peixoto de Souza, pelo contrário, atuaram como intermediários, sócios, credores e fornecedores dos empreendimentos mineratórios.

Além disso, os casos aqui analisados representam a convivência entre práticas mercantis tradicionais, cristalizadas no cotidiano das relações do lojista com seus clientes, compadres, amigos e aliados políticos locais, ou mesmo no negócio da escravidão, com práticas mercantis mais modernas, ou no mínimo em transformação. Estamos lidando com as primeiras décadas após a independência, onde o Estado Brasileiro está em formação, assim como os equipamentos da vida financeira, como as instituições bancárias. O complexo das relações econômicas gerado pela inserção das companhias inglesas absorveu e ofereceu um

⁶⁵ SILVA, Op. cit. p. 62

⁶⁶ Informações do site do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Acervo de Santos Dumont. <http://www.cendoc.aer.mil.br/dhc/sd/acervo.php>

⁶⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Finanças e comércio no Brasil na primeira metade do século XIX: a atuação da firma inglesa Samuel Phillips & Co. 1808-1831. *Anais do XIV Encontro da Regional da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro. 2010.

conjunto de oportunidades àqueles que, além de capitais, haviam alcançado um nível mais elevado de práticas comerciais.

Nesse sentido, interessa-nos para a continuidade das pesquisas conhecer o conjunto de práticas econômicas levadas a cabo na capital da província, variadas conforme os sujeitos e suas experiências relacionais.